

Multiplicidade participativa - autoria e leitura de obras literárias em meio digital

Multiplicity and participation practices – the problem of authorship and reading literature in digital media

Andréa Catrópa da Silva

Universidade Anhembi Morumbi – UAM – São Paulo – São Paulo – Brasil

Resumo: As vanguardas do início do século XX e as obras que posteriormente foram por elas influenciadas contribuíram para que a criação literária moderna elaborasse, entre suas formas expressivas, uma vertente antilírica e avessa à vinculação excessiva com a subjetividade autoral. No campo teórico, as reflexões de Roland Barthes e de Michel Foucault contribuíram para repercutir a ideia de que o autor não precede o texto, mas é criado junto com ele. A partir de meados da década de 1990, quando os computadores pessoais e a internet ampliam seu público, a cultura digital levou o universo literário a uma expansão voltada a configurações autorais fragmentadas e participativas, assim como a uma ampliação das demandas colaborativas do leitor. Neste artigo, elaboramos uma reflexão sobre mudanças na compreensão dos papéis do autor e do leitor diante dos textos que circulam no meio digital, a que denominamos de multiplicidade colaborativa.

Palavras-chave: literatura digital, literatura eletrônica, autoria na cultura digital, leitura em meios digitais.

Abstract: The avant-gardes of the beginning of the 20th century and the artworks influenced by them contributed to modern literary creation to elaborate an anti-lyrical side and averse to the excessive link with authorial subjectivity. In the theoretical field, the reflections of Roland Barthes and Michel Foucault were essential to reflect the idea that the author does not precede the text but is created along with it. From the mid-1990s onwards, when personal computers and the internet expanded their audience, digital culture led the literary universe to an expansion aimed at fragmented and participatory authorial configurations, as well as an expansion of the collaborative demands of the reader. In this article, we think about changes in the roles of the author and the reader in the face of texts in the digital environment, which we call collaborative multiplicity.

Keywords: digital literature, electronic literature, authorship in digital culture, reading in digital media.

1 Introdução

Há mais de meio século, questionamentos sobre a ideia de uma subjetividade una e centralizadora como sendo a chave para se abordar os mistérios da criação a partir da figura do autor (BARTHES, 1988; FOUCAULT, 2009) ganharam relevância e pontuaram desdobramentos dessa reflexão no campo da Teoria Literária. Ainda que encontrando resistências em alguns círculos, sobretudo alinhados à Teoria Crítica, e tendo sido relativizada por estes como um sintoma das discussões mais amplas relacionadas à eclosão do pós-estruturalismo francês na década de 1960, esse debate abriu caminho para a possibilidade de repercutirmos a noção de autoria vinculada à multiplicidade, de modo que o pensamento crítico possa refutar sua redução a uma concepção essencialista e perscrute o que “há a pensar como singularidade intensiva antes que como substância ou sujeito” (VIVEIROS DE CASTRO, 2018).

Se essa “crise” na noção de autoria, expressa claramente nas colocações barthesianas e foucaultianas, ganha destaque nas formulações teóricas a partir da segunda metade do século XX, é patente que ela já se expressava nas obras literárias várias décadas antes, sobretudo, quando evocamos os inúmeros exemplos que nos foram trazidos pelas vanguardas. Especificamente em solo nacional, e para mencionar uma genealogia consolidada, evocamos aqui o exemplo da poesia de Oswald de Andrade, não só na influência cubista e futurista que se manifesta na estrutura formal e temática de seus escritos, como também na utilização de apropriações (ao modo de ready-mades), que ocorrem, por exemplo, na forma como o poema “As meninas da gare” (ANDRADE, 1991, p.69) aproveita trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha. Posteriormente às publicações vinculadas ao modernismo heroico, a figura que se alça de maneira singular como portavoza de determinada configuração de dessubjetivação poética é João Cabral de Melo Neto. Na década de 1950, ambos os escritores foram evocados pelos poetas concretos (CAMPOS, PIGNATARI e

CAMPOS, 2006) em sua exposição de uma concepção literária que defende a supressão da subjetividade e o antilirismo em prol da abolição do verso linear.

Mencionamos esses exemplos de maneira bastante resumida apenas para esclarecermos que as formulações críticas como as de Foucault (em contexto internacional) ou as produções e reflexões poéticas como as de Oswald de Andrade, João Cabral de Melo Neto e dos poetas concretos (em contexto nacional) nos demonstram um avanço de uma visada construtiva e objetiva sobre a materialidade da criação literária, contribuindo para uma desvinculação predominante da arte com a subjetividade de seu criador. No entanto, as condições físicas de produção e de circulação textual contribuíram para manter, ao longo de grande parte do século XX, a construção da figura autoral como um valor a ser explorado na institucionalização das obras. A cultura impressa, bem como suas formas de divulgação e de crítica ancoraram-se, em grande parte, no embasamento em opiniões e reflexões dos escritores, assim como em suas imagens, para promover a identificação destes com seu público leitor e para estabelecer a “consistência” a qual Foucault atribui a função do autor.

A ampliação do acesso aos computadores pessoais na década de 1990 e a exploração comercial da internet alguns anos depois alterou a dependência que a obra literária mantinha em relação ao seu suporte de maior prestígio: o livro impresso. Essa alteração na materialidade na qual podem se apresentar os textos a partir da popularização do acesso aos dispositivos digitais, por certo, relaciona-se com formas diversas de pensarmos as relações de autores e leitores com a produção e com a fruição da criação literária. Segundo Jay David Bolter (2001, p.79), “na medida em que remodelamos o livro por meio da tecnologia digital, estamos diminuindo a sensação de fechamento que pertencia ao códice e à impressão”¹. Ao analisar as características do eBook²,

¹ Tradução nossa do original: “As we refashion the book through digital technology we are diminishing the sense of closure that belonged to the codex and to print”.

Bolter (2001) enfatiza seu conceito de remediação, considerado por ele uma chave para compreendermos como operam as mídias recentes.

A remediação é uma maneira de recriação de mídias anteriores, simultaneamente emprestando delas algumas características, ao mesmo tempo em que se busca homenageá-las, criticá-las e, também, remodelá-las. Dessa maneira, a versão eletrônica dos livros (ou e-books) configura-se em dispositivos híbridos, que buscam conjugar a experiência de leitura tradicional dos impressos com características do mundo digital. Com um livro eletrônico em mãos, o leitor tem acesso a uma espécie de portal para diversos textos que podem ser ali baixados. Podemos especular se quem está lendo dessa forma será influenciado por certa tendência à ansiedade que caracteriza o comportamento do usuário quando está navegando na web e que Lévy (1990, p. 40) caracteriza da seguinte maneira: "(...) o leitor em tela é mais 'ativo' que o leitor em papel: ler em tela é, antes mesmo de interpretar, enviar um comando a um computador para que projete esta ou aquela realização parcial do texto sobre uma pequena superfície luminosa".

Sempre podemos, é claro, fechar um livro de papel e substituí-lo por outro – não há um contrato que obrigue um leitor a acompanhar uma obra até sua última página. Mas a facilidade que os dispositivos eletrônicos fornecem quando pensamos no armazenamento de dados favorece o contato com uma miríade de opções que, em uma biblioteca tradicional, seria restrita até mesmo pela questão do espaço destinado a guardar os livros físicos. Para tornar mais clara essa ideia, vamos pensar em um caso hipotético: as pessoas que gostam de ler, frequentemente, consideram que quando estão em uma pausa longa de suas tarefas, encontrarão nesse momento uma condição favorável para conhecer ou

revisitar alguma obra literária de seu interesse. Suponhamos que a obra escolhida seja um volume de poemas de Ana Cristina Cesar adquirido e baixado para ser lido em um laptop, em uma tablet ou no Kindle. Ao sair de férias, se essa pessoa se decepcionar com a leitura escolhida, com um dispositivo eletrônico conectado à internet poderá baixar, em poucos minutos, uma série de amostras de outros livros e, por fim, comprar alternativas à primeira escolha em segundos. Esse é um traço do e-book a que Bolter (2001) se refere como fator de rompimento do "fechamento" do livro impresso: as muitas opções alternativas que nos aguardam virtualmente enfraquecem um eventual pacto de fidelidade com uma obra.

Mas será que esses elementos, dentre tantos outros que, nos termos de Pierre Lévy (1999), definem a cibercultura contribuem para a definitiva compreensão da autoria como remetendo não a uma individualidade e, sim, como apontando para a multiplicidade colaborativa? "O autor é a condição de possibilidade de qualquer horizonte do sentido estável", propõe Lévy (1999, p.147), para depois concluir que esse papel autoral se relativiza à medida que o terreno cultural no qual sua importância foi forjada vai se desestabilizando por causa das transformações nos sistemas de comunicação e nas relações sociais. Para o filósofo, esse sentido acabado e estável de obra – em muito, ancorado na figura do autor - perde seu sentido de ser na cibercultura, cujo interesse volta-se para a obra em processo, metamórfica, conectada e construída por muitos agentes que cooperam para construir uma inteligência coletiva.

O engenheiro de mundos não assina uma obra acabada, mas um ambiente por essência inacabado, cabendo aos exploradores construir não apenas o sentido variável, múltiplo, inesperado, mas também a ordem de leitura a as formas sensíveis. Além disso, a metamorfose contínua das obras adjacentes e do meio virtual que sustenta e penetra a obra contribui para destruir um eventual autor de suas prerrogativas de fiador de sentido. Felizmente, sensibilidade, talentos, capacidades, esforços individuais de criação estão sempre na ordem do dia. Mas podem qualificar o intérprete, o "performer", o

² Jay David Bolter (2001) refere-se, em sua análise, ao Rocket e-Book, produzido pela NuvoMedia em 1998. O dispositivo recebia dados via conexão com um computador e podia armazenar até dez e-books. Quando foi escrito o livro de Bolter, ainda não tinham sido lançados os leitores digitais de livros que se conectam à internet e que têm maior capacidade de armazenamento, como é o caso do Kindle, do Kobo e do LEV, por exemplo. Ainda assim, os aspectos de sua análise poderiam ser estendidos, em sua grande parte, para os aparelhos mais recentes.

explorador, o engenheiro de mundos, cada membro da equipe de produção tanto quanto e talvez mais do que um autor cada vez menos discernível. (Lévy, 1999:138)

Parênteses devem ser abertos aqui para que, sem abandonarmos nossa reflexão principal, possamos esclarecer que a pertinência das considerações de Lévy não são invalidadas por aquilo que sabemos hoje, mais de vinte anos após o lançamento de sua obra mais difundida e que acima citamos. Diversos estudos recentes (MOROZOV, 2018; O'NEIL, 2020; ZUBOFF, 2021) matizam com cores sombrias a possibilidade de uma “democracia eletrônica” celebrada por Lévy (1999), ao apontarem como as projeções utópicas dos primeiros estudiosos da internet e da cultura digital não previram os efeitos complexos que surgiram quando a aparente descentralização das redes foi organizada e sequestrada por uma poderosa estrutura de captura de dados e de organização dos fluxos online via algoritmos das grandes companhias de tecnologia. Ainda assim, a multiplicidade, a hibridação, a apropriação, a colaboração e o compartilhamento são, ainda, características preponderantes da cultura digital e de seus produtos.

Outra ressalva precisa aqui ser feita. O texto eletrônico, e a série de mudanças que seu advento provocou nas relações entre autores e leitores, teve como centro de seus estudos, hoje já considerados clássicos, manifestações que giravam em torno dos termos hipernarrativa, hiperficção e hipertexto. Alguns exemplos desses estudos são os de Pierre Lévy e de Jay David Bolter, já mencionados anteriormente, e também os de George Landow, Espen J. Aarseth e Janet Murray no exterior; e os de Arlindo Machado, Lucia Santaella e Alex Primo no Brasil, apenas para ficar entre alguns dos mais conhecidos. Posteriormente um campo mais amplo de estudos foi se delineando em torno do termo literatura eletrônica (ou literatura digital), com a intenção de organizar e reunir as produções artísticas a ele relacionadas, e a seus estudos críticos, nos quais o foco são as obras produzidas na interação humano-máquina. Nesse campo, além de obras de ficção que usam os links como recursos, encontramos outras técnicas que se

relacionam de maneira fronteiriça com os campos da Arte, do Design e da Tecnologia.

É de se esperar, portanto, que essa exploração de novas ferramentas no campo digital modifique a relação tanto de autores quanto de leitores com o texto literário. Roger Chartier (JABLONKA, 2008) reflete sobre como as mudanças massivas de práticas de leitores decorrentes da sua adoção por diferentes públicos, bem como pela própria materialidade dos escritos configuraram, ao longo da história, “revoluções da leitura”. De acordo com o historiador, a difusão da leitura silenciosa e baseada no aspecto visual (em detrimento do oral) durante a Idade Média relaciona-se com novas formas de inscrição textual embasadas, por exemplo, na separação entre palavras, que era incomum nos textos latinos.

Na Antiguidade, os textos eram armazenados em rolos e não obedeciam a convenções da escrita moderna - como espaçamento entre vocábulos, paragrafação e o uso de pontuação -, pois eram destinados à vocalização, na qual a prosódia contribuiria para completar o sentido do texto escrito (MANGUEL, 2009). Ainda no que concerne à leitura, mas ressaltando a sua fisicalidade, Roger Chartier (JABLONKA, 2008) observa que, para ser acessada, uma obra conservada dessa maneira, solicitava as duas mãos do leitor; assim, nessa situação, ou ele lia, ou depositava o texto em alguma parte e tomava notas. Portanto, a transição da escrita em rolos para o formato do códice foi significativa, pois nessa estrutura, o corpo do leitor pode se aproximar do texto e realizar interferências, como sublinhados e inscrições em suas margens, mas também pode afastar-se dele, colocando-o apoiado sobre uma superfície, comparando-o com o que está escrito em outros volumes abertos e tomando notas em um caderno, por exemplo.

Chartier (1998) defende que a transformação ocorrida entre os livros manuscritos e os livros pós-Gutenberg não seriam tão extremas quanto essa superação técnica dos rolos como suporte textual, visto que ambos – manuscritos e impressos - se apoiam na estrutura do códice, com textos

distribuídos sobre a superfície das folhas dobradas que são protegidas por uma capa e que contam com elementos como paginação, índice e sumário. Essa estrutura permitiu que leitores encontrassem informações organizadas de uma maneira que, para eles, era possível folhear um livro, conferir detalhes da progressão do texto no sumário, voltar à página abandonada ou escolher adiantar-se para capítulos ou páginas seguintes; todas as ações que ampliaram a intimidade do leitor com o conteúdo lido, bem como sua autonomia no que dizia respeito ao planejamento do ritmo da leitura.

Assim, Roger Chartier considera que, a depender da sociedade e do período observado, captaremos uma “diferenciação disso que poderíamos chamar comunidades de interpretação ou comunidades de leitura, organizadas a partir de certas competências, certas expectativas em relação ao escrito e certas convenções de leitura” (JABLONKA, 2008, n.p.). E podemos, ainda, especular essa transição na materialidade dos suportes que foram usados no Ocidente para armazenar informações escritas foi alterando não apenas a relação destas com seus leitores, mas também com os próprios autores de textos, que passaram a contar com tábulas de argila, rolos, tábulas de ceras e, posteriormente, com folhas atadas para conter suas obras. O formato códice, que foi criado há quase dos mil anos e vigora como continente privilegiado de obras escritas há, pelo menos, quinze séculos, permitiu que a literatura fosse associada a ele, contribuindo para uma verdadeira cultura livresca em torno da qual erigiram-se profissões e áreas de expertise como a caligrafia, a tipografia, a iluminura, a encadernação, a ilustração, entre outras.

É natural que, no presente, enfrentemos tantas incertezas quanto resistências no que concerne à leitura e à escritura nos meios digitais, visto que a forma consolidada do livro pressupunha uma série de práticas centradas na exclusividade dessas experiências, sendo o autor a figura que detinha o lugar privilegiado de detenção de conhecimento e expressão desse conteúdo por sua

voz literária, e o leitor aquele que, recolhido em sua intimidade, relacionava-se e absorvia esse conteúdo. Situação muito distinta é a que encontramos hoje com a circulação quase instantânea de informações que, muitas vezes, não remetem claramente a uma autoria e que borra as fronteiras precisas entre a produção e o consumo de conteúdo, o que define uma verdadeira multiplicidade colaborativa, na qual diversos entes podem trocar seus papéis diante dos atos de escrita e leitura. Além disso, o funcionamento de bancos de dados online, que agregam informações de diversas fontes, denota a dificuldade de pensarmos a cultura contemporânea a partir de uma perspectiva centralizada, já que, nas palavras de Lucia Santaella, as redes de comunicação contemporâneas:

(...) produzem uma reconfiguração da linguagem, construindo os sujeitos culturais fora do padrão do indivíduo racional e autônomo que deu sustento à noção do sujeito da era da cultura impressa. Essa noção de sujeito se viu atropelada na era digital por um sujeito multiplicado, disseminado e descentrado, continuamente interpelado como uma identidade instável. (SANTAELLA, 2007, p.90)

No entanto, Santaella (2007) ressalta que a subjetividade sempre incorporou a multiplicidade, ainda que esse fato não tenha sido tão enfatizado no auge da cultura impressa. A novidade que vem à tona com o ciberespaço seria a ênfase nessa multiplicidade, pois diante da forma dinâmica e multidirecional com que nos relacionamos com informações em constante ebulição diante de nós, o ponto de vista dos sujeitos no presente amplia-se em bancos de dados, dispersa-se em mensagens e na recepção de imagens e símbolos, dissolve-se e materializa-se na emissão e na reconfiguração de conteúdos transmitidos eletronicamente e transfigurados em produtos diversos que vão além dos signos verbais e de suas possibilidades.

De acordo com o Digital 2021: Global Overview Report (KEMP, 2021), há mais de quatro bilhões de usuários da internet e redes sociais no mundo, e os brasileiros passam, em média, três horas por dia nessas plataformas, nas quais têm

acesso a conteúdos audiovisuais, textos, músicas, fotografias, animações, entre outros. É de se esperar que esses novos hábitos de consumo de informação, entretenimento e cultura modifiquem tanto a atividade de autores quanto de leitores.

Para mensurarmos o impacto desses meios, retomamos reflexões sobre mudanças na prática de leitura que ocorreram no passado, feitas há alguns parágrafos. Segundo Chartier (1998, p. 13), a revolução do livro eletrônico seria mais profunda do que a já mencionada mudança do suporte rolo para o códice, pois ela empreende “uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler”. Isso porque a leitura dos textos eletrônicos, segundo o autor, é radicalmente original por unir técnicas, posturas e possibilidades que, ao longo da transmissão histórica do escrito, estiveram separadas.

É de se esperar, portanto, que a função autor, nessa perspectiva, possa ecoar vozes diversas, e trabalhar com referências que transbordem as noções canônicas de adequação ao campo e de procedimentos consagrados ao fazer literário. Esse posicionamento, se não se confunde com um otimismo generalizado, também desconfia de uma visão que associa a interferência da tecnologia e dos recursos de reprodutibilidade técnica (BENJAMIN, 2014) a uma destruição da arte e da literatura, e defende que é preciso conhecer e ocupar tanto os aparelhos eletrônicos quanto o recurso da internet e povoá-los com conteúdo relevante.

Esses últimos aspectos apontam para materialidade das obras, mas também assinalam como a literatura criada no e para o meio digital pode depender de uma interação que difere da relação silenciosa e compenetrada que se esperava de um leitor de livros. Este, normalmente, corria seus olhos de linha a linha – de cima a baixo, da esquerda para a direita – a fim de captar os sentidos profundos de um texto literário,

oriundos tanto da formação livresca quanto do gênio artístico e das vivências pessoais do autor, e transformados em uma experiência estética acabada. Esses paradigmas que herdamos definiram práticas de autoria e de leitura ainda em vigor, mas que hoje dividem espaço com outras percepções acerca do que é a recepção e a criação literária.

Nesse âmbito de questionamentos, abrimos espaço para buscar compreender algumas das mutações que o texto comporta nos meios digitais, e que definem novos gêneros, novos públicos e, atrelados a isso, novos modos de conceber a atuação de autores e de leitores que emergem da multiplicidade colaborativa estimulada pela leitura e pela escritura em meio digitais. Ademais, um conceito expandido de literatura também tem sido importante para relativizar como se constituiu certo cânone literário ocidental, a fim de trazer à luz e examinar vozes e perspectivas por ele negligenciadas historicamente. Defendemos, ainda, que é preciso propor abordagens críticas voltadas às especificidades do exercício literário e de sua fruição em meios digitais para que possamos ocupar essas mídias com alternativas às práticas e demandas alienantes.

Referências

- ANDRADE, Oswald de. Pau Brasil. São Paulo: Globo, 1991. 145 p.
- BARTHES, Roland. O rumor da língua. (Trad. Mario Laranjeira). São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 488 p.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. (Trad. Gabriel V. Silva). Porto Alegre: L&PM, 2014. 176 p.
- BOLTER, Jay David. Writing space: Computers, hypertext, and the remediation of print. London/ New Jersey: LEA Publishers, 2001. 246 p.
- CAMPOS, Augusto; PIGNATARI, Décio; CAMPOS, Haroldo. Teoria da poesia concreta – textos críticos e manifestos 1950-1960. Cotia, Ateliê Editorial, 2006. 296 p.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro – do leitor ao navegador. (Trad. Reginaldo Carmelo C. de Moraes). São Paulo: Imprensa Oficial/ Editora UNESP, 1998. 160 p.

FLORES, Leonardo. Literatura Eletrônica de Terceira Geração. (Trad. Andréa Catrópa da Silva). DAT Journal, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 355-371, 15 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. Estética: literatura e pintura, música e cinema. (Trad. Inês A. D. Barbosa). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. 484 p.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. (Trad. e org. Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1996. 296 p.

JABLONKA, Ivan. Entrevista com Roger Chartier. (Trad. Luciana S. Salgado). São Carlos: 2008. Disponível em: http://www.ufscar.br/linguasagem/edicao03/entrevista_chartier.php. Acesso em 01/07/2021.

KEMP, Simon. Digital 2021: Global Overview Report. 2021. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-global-digital-overview>. Acesso em 04/07/2021.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. (Trad. Carlos I. Costa). São Paulo: Editora 34, 1999. 272 p.

MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura. (Trad. Pedro M. Soares). São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 405 p.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política. (Trad. Claudio Marcondes). São Paulo: Ubu, 2018. 192 p.

O'NEIL, Cathy. Algoritmos de destruição em massa. (Trad. Rafael Abraham). Santo André: Editora Rua do Sabão, 2020. 342 p.

SANTAELLA, Lucia. Linguagem líquida na era da mobilidade. São Paulo: Paulus, 2007. 472 p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas canibais – Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora, 2018. 288 p.

ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo de Vigilância. (Trad. George Schlesinger). São Paulo: Intrínseca, 2021. 800 p.